

Conservadorismo na Câmara dos Deputados: discursos sobre “ideologia de gênero” e Escola sem Partido entre 2014 e 2018

Rayani Mariano dos Santos ¹

RESUMO

Nas eleições de 2014, foi eleito o Congresso Nacional mais conservador das últimas décadas no Brasil. Nesse contexto, iniciativas como o Movimento Escola sem Partido e a ofensiva contra a chamada “ideologia de gênero” ganharam força e avançaram naquele espaço. As palavras “gênero” e “orientação sexual” foram retiradas do Plano Nacional de Educação; e foi criada uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados para discutir o projeto que propõe o Escola sem Partido. O objetivo do artigo é analisar os discursos sobre o Movimento Escola sem Partido e a chamada “ideologia de gênero”, proferidos no plenário da Câmara dos Deputados, buscando observar as posições defendidas e suas justificativas. Foram lidos e fichados 244 pronunciamentos. Enquanto no debate sobre “ideologia de gênero” prevaleceram posições conservadoras, na discussão sobre o Escola sem Partido a maior parte dos discursos eram contrários ao Movimento.

Palavras-chave: Câmara dos Deputados. Discursos. “Ideologia de gênero”. Escola sem Partido.

Conservatism in the Chamber of Deputies: discourses about “gender ideology” and School without Party between 2014 and 2018

ABSTRACT

In the 2014 elections, the most conservative National Congress of the last decades in Brazil was elected. In this context, initiatives such as the Movement School without Party and the offensive against the so-called “gender ideology” gained strength and advanced in that space. The words “gender” and “sexual orientation” were taken from the National Education Plan; and a Special Committee was created in the Chamber of Deputies to discuss the project that proposes the School without Party. The purpose of this article is to analyze the discourses about the Movement School without Party and the so-called “gender ideology”, pronounced in the plenary of the Chamber of Deputies, seeking to observe the positions defended and their justifications. 244 pronouncements were read and recorded. While in the debate on “gender ideology” conservative positions prevailed, in the discussion about the School without Party most of the speeches were contrary to the Movement.

Keywords: Chamber of Deputies. Discourses. “Gender ideology”. School without Party.

¹ Doutoranda em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB)

Em 2014, o Brasil passou por eleições para eleger os novos representantes do Congresso Nacional, o/a presidente, governadores e deputados/as estaduais²³. A presidenta Dilma Rousseff (PT) foi eleita com 51,64% dos votos (DIAP, 2014), em um pleito marcado por uma grande polarização. Em relação aos deputados federais e senadores eleitos, as notícias eram de que este seria o Congresso mais conservador desde 1964. Segundo o DIAP (2014), na Câmara, a bancada empresarial⁴, cujos interesses recaem na Reforma Trabalhista, na redução de encargos para o setor etc., teve 221 deputados eleitos. A bancada ruralista teve 109 deputados eleitos que não necessariamente são proprietários rurais ou atuam na área do agronegócio, mas defendem os interesses da bancada, como a regulamentação da Emenda Constitucional 81/2014 do Trabalho Escravo, a demarcação de terras indígenas e a anistia às dívidas de produtores rurais. E a bancada evangélica⁵ elegeu 75 deputados. Machado (2017b) argumenta que apesar de não ter ocorrido um aumento significativo dos evangélicos na Câmara em 2014, as eleições criaram um ambiente favorável para grupos mais conservadores do Cristianismo.

Nesse contexto, o então deputado evangélico Eduardo Cunha (PMDB/RJ) foi eleito o novo presidente da Câmara dos Deputados. No cargo, além de ter autorizado a abertura do processo de impeachment no mesmo dia em que a bancada do Partido dos Trabalhadores anunciou que não o apoiaria no processo de cassação na Comissão de Ética, foi responsável por acelerar a tramitação

de diversos projetos de lei conservadores. Em fevereiro de 2015, criou a comissão especial para discutir o PL 6.583/2013, que estabelece o Estatuto da Família e exclui da definição de família quaisquer arranjos não formados por casais heterossexuais; e também criou a comissão para apreciar a PEC 171/1993 que propõe a diminuição da maioria penal⁶. Além disso, ele é um dos autores do PL 5.069/2013, que “tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto”, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) enquanto ele era presidente da Câmara e alvo de diversos protestos protagonizados por mulheres em diferentes locais do país (LINCOLN JR.; GERAQUE, 2015). É inegável a força simbólica de sua atuação como presidente que conseguiu unir e avançar pautas conservadoras de retirada de direitos das mulheres, de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), indígenas, trabalhadores e jovens, exemplificando a união do que tem sido chamado nos últimos anos de “Bancada BBB” – da bala, do boi, e da bíblia, como referência aos armamentistas, ruralistas e evangélicos.

Apesar do deputado Eduardo Cunha ter exercido um papel central para o avanço de projetos que objetivam a retirada de direitos, a reação conservadora na Câmara dos Deputados teve início antes de ele assumir a presidência. A ofensiva contra o direito ao aborto, por exemplo, ganha força na Câmara dos Deputados em

2 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

3 Uma primeira versão desse artigo foi apresentada no 11º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), em Curitiba, PR, em agosto de 2018.

4 A bancada empresarial é identificada pelo DIAP a partir das declarações de bens e atividades profissionais declaradas pelos parlamentares (DIAP, 2014).

5 Para classificar quem são os integrantes da bancada evangélica, o DIAP identifica os ocupantes de cargos das instituições religiosas, os cantores de música gospel e parlamentares que professam a fé de acordo com a doutrina evangélica ou se alinham ao grupo em votações específicas (DIAP, 2014).

6 A PEC foi aprovada na comissão e rejeitada no plenário da Câmara, porém, um dia depois, o presidente da Câmara colocou em votação uma “emenda aglutinava” que amenizava a PEC e estabelecia que adolescentes de 16 e 17 anos que praticassem crimes hediondos e homicídios dolosos responderiam por esses crimes. Segundo Lacerda (2018), esse ato do deputado Eduardo Cunha foi considerado por muitos como violador do devido procedimento de votação e pode indicar o grande compromisso de Cunha com essa pauta.

meados dos anos 2000, sendo que em 2005 foram proferidos 85 discursos relacionados à temática e apenas dois defendiam a ampliação do direito ao aborto (SANTOS, 2015). Outro episódio ilustrativo dessa reação ocorreu em 2011, quando o Ministério da Educação produziu um material didático – que ficou conhecido como “kit gay” – dentro do Programa Escola Sem Homofobia, para ser distribuído na rede de ensino. Parlamentares conservadores, como o deputado federal Jair Bolsonaro, se articularam para que o material não fosse mais distribuído às escolas (VITAL; LOPES, 2013). Houve ainda a reação ao 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) que uniu diferentes grupos como religiosos, ruralistas e militares contra as propostas apresentadas pelo governo.

Apesar desses episódios demonstrarem que a tentativa ou efetiva retirada de direitos no Brasil não foi repentina, mas resultado de um processo de fortalecimento de grupos conservadores no Congresso e na sociedade, a 55ª Legislatura parece ter sido marcada por uma ação mais bem-sucedida, já que houve a aprovação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017)⁷, a aprovação da PEC 55 (Emenda Constitucional 95/2016 que estabeleceu o teto de gastos por 20 anos) e a aprovação da redução da maioria penal na Câmara dos Deputados. O golpe parlamentar⁸ contra a presidenta Dilma Rousseff, iniciado formalmente em dezembro de 2015 e concretizado em 31 de agosto de 2016, quando o Senado cassou o mandato da presidenta, e a posse de Michel Temer na presidência, criaram um ambiente

ainda mais propício para uma articulação conservadora, já que o novo presidente obteve o apoio de empresários, ruralistas e evangélicos.

Todos os fatos relatados indicam que o Brasil está passando por uma fase marcada por uma intensificação do conservadorismo. Não há consenso na literatura sobre qual termo e articulações explicariam com maior clareza esse contexto. Almeida (2017) utiliza a expressão “onda conservadora” para se referir ao processo caracterizado por tentativas de restrição e perda de direitos conquistados após a democratização, com a Constituição de 1988. A expressão também foi utilizada por Boulos (2016), em artigo, primeiramente publicado em um jornal logo após as eleições de 2014, se referindo ao Congresso eleito. E serviu de título para livro publicado em 2016 com artigos que analisam o contexto do país e dão grande destaque para as manifestações de Junho de 2013, indicando-as como momento relevante dessa virada conservadora (DEMIER; HOEVELER, 2016).

Já Miguel (2016) identifica a origem dos discursos conservadores no Brasil, que se tornaram mais abertos na década de 2010, como vindo de uma união entre o “libertarianismo”, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo. O autor explica que a ideologia ultraliberal libertariana defende que o Estado deve ser o menor possível e que situações advindas do mercado são sempre justas, sendo promovida por fundações privadas dos Estados Unidos (EUA) que financiam grupos e treinam divulgadores. O fundamentalismo religioso

7 A Reforma Trabalhista instituiu o acordo coletivo com força de lei, possibilitando que as negociações entre patrões e empregados possam prevalecer em determinados casos, com o argumento liberal de que os trabalhadores devem ter “liberdade” para negociar; e o trabalho intermitente, sem garantia para o empregado de que receberá o salário mínimo. Além disso, houve mudanças nas regras das gestantes, que agora podem trabalhar em locais insalubres de grau mínimo, e as lactantes podem trabalhar em locais insalubres independente do grau de insalubridade. A reforma também retirou a obrigatoriedade do pagamento do imposto sindical, enfraquecendo os sindicatos – sendo que a redução do papel dos sindicatos é apontada por teóricos como um dos motivos que contribuem para o aumento das desigualdades (ATKINSON, 2015). Em um contexto de retirada de direitos de trabalhadores, a vida das famílias se torna mais difícil e mais precarizada.

8 Utilizo a expressão “golpe parlamentar” seguindo Santos (2017). Para o autor, diferente de golpes militares, golpes parlamentares não contam com a liderança e violência escancarada, e há cautela na administração das instituições com o intuito de dar legitimidade para a ocupação do poder. “A cerimônia do golpismo parlamentar contemporâneo mantém quase intocados os ritos costumeiros, mas obedece a roteiro especial na proposição de leis e na utilização de rotinas conhecidas para extensa subversão política, econômica e social da ordem destituída” (SANTOS, 2017, p. 16).

se relaciona à ideia de que há uma verdade revelada que obstrui qualquer possibilidade de debate e se opõe ao direito ao aborto, dos homossexuais e se alia a forças conservadoras no Congresso. Por fim, Miguel (2016) explica que o anticomunismo ganhou uma nova aparência na América Latina e no Brasil, com os alvos agora sendo o “bolivarianismo” e o Foro de São Paulo, e, apesar do caráter centrista do PT no poder⁹, ele foi acusado de ser a “encarnação do comunismo no Brasil” - o que gerou uma sobreposição entre anticomunismo e antipetismo.

Lacerda (2018) argumenta que, assim como nos Estados Unidos, é possível falar no Brasil em um neoconservadorismo. A autora explica que o diferencial do neoconservadorismo para outras ideologias conservadoras e de direita é a importância das questões sexuais, reprodutivas e da família. Fato que é observado tanto no contexto norte-americano quanto no brasileiro - onde há uma reação ao feminismo e à agenda LGBT. Machado (2017a) também utiliza o termo neoconservadorismo, mas para se referir especificamente ao movimento pró-vida contra o direito ao aborto no Brasil, que se inicia no final de 2005 e se intensifica nos anos 2010, reagindo à secularização da sociedade e ao crescimento dos movimentos sociais de direitos humanos (MACHADO, 2017a).

É relevante dizer que, independente do termo utilizado para se referir a esse novo contexto brasileiro conservador, a literatura aponta a religião como importante ator nesse processo. Almeida (2017), por exemplo, está preocupado principalmente com a inserção de evangélicos nesse contexto e explica que talvez a Bancada Evangélica seja a expressão mais real do que o termo “os evangélicos” pressupõe: “um conjunto de deputados “moralistas” que ameaçam a

laicidade do Estado brasileiro” (ALMEIDA, 2017). Apesar de os evangélicos serem recorrentemente indicados como os principais responsáveis pelas articulações que buscam negar direitos às mulheres e LGBT’s, é preciso ponderar que o termo “evangélicos” abrange grupos heterogêneos, com posições distintas sobre vários temas (ALMEIDA, 2017). E, além disso, é relevante destacar que no Congresso parlamentares católicos também exercem um papel central nas pautas conservadoras, como é o caso do deputado Diego Garcia (PHS/PR), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e relator do PL que cria o Estatuto da Família na Comissão Especial; e do deputado Evandro Gucci (PV/SP), relator do PL 5.069/2013 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Neste artigo, utilizo o termo “conservadorismo” compreendendo-o como uma reação a determinados acontecimentos e entendo que o Movimento Escola sem Partido (MESP) e a ofensiva contra a chamada “ideologia de gênero” são reações a iniciativas do Executivo, como o PNDH-3, a Comissão da Verdade, a tentativa de adotar nas políticas públicas a transversalidade de gênero e o Programa Escola Sem Homofobia. Além disso, conquistas efetivas das mulheres e da população LGBT nos últimos anos também contribuíram com o conservadorismo. Entre as conquistas das mulheres é possível apontar a publicação de Normas Técnicas do Ministério da Saúde em 1998 e 2005 garantindo a realização do aborto legal no Sistema Único de Saúde (SUS); a aprovação da Lei 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, que possui mecanismos para coibir a violência doméstica contra as mulheres; a possibilidade de interrupção da gestação de fetos anencéfalos, decidida em 2012 pelo

9 Cabe ressaltar que nas classificações de partidos entre esquerda, centro e direita, o PT é classificado como sendo um partido de esquerda (TAROUÇO; MADEIRA, 2013), porém, há autores, como Miguel (2016), que atentam para o fato de que enquanto esteve no poder, o Partido dos Trabalhadores tomou medidas mais alinhadas ao centro. Sobre os governos de Luis Inácio Lula da Silva e esse deslocamento do próprio partido, ver Amaral (2010). Para uma análise que foca na história do partido e nas mudanças a partir de 2002, atribuindo ao PT “duas almas” distintas, uma mais radical e à esquerda e outra mais acomodada ao neoliberalismo, ver Singer (2010). E para uma análise do primeiro mandato de Dilma Rousseff que observa as tentativas de implementação de políticas que podem ser consideradas como contrárias ao neoliberalismo, ver Singer (2015).

Supremo Tribunal Federal (STF); a aprovação da Lei 12.845/2013, que trata da obrigatoriedade de atendimento na rede pública de pessoas em situação de violência sexual; e a aprovação da Lei 13.104/2015, que inclui o feminicídio no rol de crimes hediondos. Em relação às conquistas do movimento LGBT que provocaram reação, é possível indicar a possibilidade de realizar o processo de redesignação sexual do fenótipo masculino para o feminino desde 2008 no SUS; a decisão do STF em 2011 de reconhecer a união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, garantindo os mesmos direitos e deveres de companheiros em uniões estáveis; e a possibilidade de utilização do nome social desde 2009 no SUS e, desde 2016, na administração pública federal.

Compreendo que um aspecto central nessa mobilização conservadora é a “defesa da família”, que aparece no combate à demanda da população LGBT por direitos, como o direito ao casamento; que aparece na reação contra o direito ao aborto; que está presente na discussão sobre a maioria penal e nas discussões sobre drogas; e que apareceu com bastante força no momento em que a Câmara dos Deputados votou pela abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a palavra “família” foi mencionada 136 vezes (VIEIRA, 2016). O Movimento Escola sem Partido e a ofensiva contra a chamada “ideologia de gênero” são exemplos de tentativas de reforçar a autoridade familiar na educação das crianças e restringir a autonomia dos professores e as temáticas trabalhadas em sala de aula.

O objetivo do artigo é analisar os discursos¹⁰

sobre o Movimento Escola sem Partido e a chamada “ideologia de gênero”, proferidos no plenário da Câmara dos Deputados, buscando observar as posições defendidas e suas justificativas. Para buscar os pronunciamentos, foram utilizadas as palavras-chave “ideologia de gênero” e “Escola sem Partido” no campo texto integral do site da Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>)¹¹. No total foram lidos e fichados no software estatístico *Sphinx Lexica* 244 discursos.

Além desta introdução, o artigo está dividido em outras quatro seções. Na próxima, contextualizo a situação brasileira relacionada à controvérsia em torno da “ideologia de gênero” e o fortalecimento do Movimento Escola sem Partido. Na terceira e quarta, discuto as falas nos discursos sobre “ideologia de gênero” e Escola sem Partido, respectivamente. E na última seção discuto a centralidade da mobilização da família nessa discussão, argumentando que essa instituição é um elo entre o conservadorismo e o neoliberalismo.

A ofensiva contra a “ideologia de gênero” e o fortalecimento do Escola sem Partido

Como indicado na seção anterior, caracterizo o contexto político atual brasileiro como conservador por compreender que há movimentos de reação a determinadas conquistas e mudanças que ocorreram na sociedade brasileira nas últimas décadas, e a ofensiva contra a chamada “ideologia de gênero” e o fortalecimento do Movimento

10 A escolha por trabalhar com discursos proferidos no plenário se justifica porque, segundo Lacerda (2018), muitas vezes os parlamentares não dão peso político às proposições, situação distinta da que ocorre quando o parlamentar discursa sobre determinado tema com o objetivo de colocá-lo em evidência. Além disso, diz a autora, as justificativas das proposições são muitas vezes escritas pelos assessores que buscam uma linguagem técnica, enquanto os discursos, apesar de também serem redigidos eventualmente por assessores, abrigariam as razões que os parlamentares realmente defendem.

11 No dia 12 de fevereiro de 2018 eu realizei a primeira busca pelos discursos sobre o projeto Escola sem Partido e encontrei 108 discursos. No dia 7 de junho realizei uma nova busca pelos discursos proferidos a partir do dia 12 de fevereiro e encontrei mais oito discursos. No dia 12 de junho de 2017 realizei a primeira busca pelos discursos sobre “ideologia de gênero”, mas delimito a busca a partir de 2014, e encontrei 101 discursos. No dia 7 de junho de 2018, realizei uma nova busca com a data a partir de 13 de junho de 2017 e encontrei mais 52 discursos. Cabe ressaltar que alguns discursos foram descartados, pois não eram de parlamentares. E também há discursos que retornaram em ambas as buscas, ou seja, eles tratavam tanto de “ideologia de gênero” quanto do Escola sem Partido.

Escola sem Partido são ações importantes nesse contexto. Primeiro, cabe esclarecer que ambos os movimentos se conectam na medida em que a educação é central nos dois casos, e há a partir de determinado momento uma aproximação do MESP com a pauta da “ideologia de gênero”, fato que será discutido nos próximos parágrafos. Além disso, é relevante observar que as experiências de retrocesso nos direitos das mulheres e LGBT, e as tentativas de restringir as discussões que ocorrem nas escolas não são exclusividade do Brasil. Recentemente, tentativas de barrar discussões sobre gênero também ocorreram em outros países da América Latina.

Para Machado (2018), as controvérsias entre movimentos feministas e segmentos da Igreja Católica em torno da categoria gênero se iniciam nos anos 1990 a partir de questionamentos sobre a utilização da palavra gênero na Conferência Internacional da Mulher realizada em Pequim, em 1995. Apesar de não haver consenso sobre a utilização dessa categoria entre as próprias feministas, nos anos 1980 e 1990, gênero passou a ser mais empregado nos trabalhos acadêmicos com o objetivo de questionar a classificação binária dos sexos e os papéis associados aos homens e mulheres, se distanciando da visão cristã de criação de homens e mulheres por desígnio divino, segundo a autora. Machado (2018) explica que em 1997, a católica Dale O’Leary publicou o livro *The Gender Agenda: Redefining Equality* nos Estados Unidos, após ter participado das duas Conferências Internacionais da ONU, fazendo uma associação entre gênero, marxismo, ateísmo e a “visão construcionista”. Após essa obra inaugural, outros documentos foram escritos pela Igreja Católica acusando a “ideologia de gênero” de destruir a família.

No caso brasileiro, o combate à chamada “ideologia de gênero” ganha força com a discussão do PL 8.035/2010 (instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2011/2020). No projeto original enviado pelo Executivo, a palavra gênero aparecia na estratégia 3.9 da Meta 3, que dizia respeito à universalização do ensino entre 15 e 17 anos, e estabelecia: “Implementar políticas de prevenção à evasão motivada

por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”. Após tramitação e modificações na Câmara, o PL foi enviado ao Senado em 2012 com o termo gênero em dois locais do texto: a) “Art. 2º São diretrizes do PNE: III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”; b) Entre uma das estratégias da Meta 3, mas com a redação diferente do projeto original. Cabe ressaltar que quando o PL foi modificado no Senado e voltou à Câmara, em 2014, uma das principais controvérsias foi a questão da chamada “ideologia de gênero”, que não havia sido um problema na primeira votação. No substitutivo aprovado no Senado, os termos “gênero” e “orientação sexual” foram suprimidos. E na redação final, aprovada em 2014, eles também não estavam presentes.

Graff (2016) explica que as pesquisas em diferentes lugares do mundo trazem a necessidade de se enxergar a “ideologia de gênero” a partir de duas dimensões: uma teórica (ou teológica) e outra política (ou estratégica). Para a autora, por um lado, a “ideologia de gênero” é um conceito, mas é também um slogan político utilizado numa mobilização transnacional antigênero que pode ter significados diferentes dependendo do contexto. E, apesar da fraqueza em termos intelectuais e contradições internas ao conceito, a utilização da “ideologia de gênero”, representando tudo que os conservadores católicos rejeitam, tem sido uma estratégia bem-sucedida. Trazendo o exemplo da Polônia, Graff (2016) explica que a campanha antigênero, entre 2012 e 2014, e o pânico moral provocado, levaram a direita a vencer em 2015, ocasionando a entrada no governo de importantes atores dessa cruzada antigênero. Desde então, diz a autora, essa ameaça relacionada ao gênero tem sido substituída pela dos refugiados de países muçulmanos. Para ela, a cruzada contra o gênero foi o início do autoritarismo e continua sendo utilizada para esse fim. Algo semelhante pode ser observado no contexto brasileiro, onde em alguns momentos o combate à chamada “ideologia de gênero” esteve

atrelado ao afastamento da presidenta Dilma Rousseff, como é possível observar nesse trecho de discurso: “Golpe foram eles que deram, ao tentar de todas as formas atingir a educação de nossas crianças com a abordagem de assuntos sexuais, para crianças com menos de 4 anos de idade, com a sepultada graças a Deus ideologia de gênero”¹².

O combate à “ideologia de gênero” no caso brasileiro também está articulado com o combate a uma suposta “doutrinação marxista”. O Movimento Escola sem Partido surgiu em 2004, mas só ganhou mais destaque a partir de 2010 (MIGUEL, 2016). No site do Movimento, há a explicação de que ele se divide em duas frentes: uma relativa ao Projeto Escola sem Partido, ou seja, que busca transformar suas concepções em lei; e a outra é uma associação informal de pais, alunos e conselheiros que estariam preocupados com a contaminação político-ideológica do ensino básico ao superior. O problema, segundo o coordenador do movimento, é que “a pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”¹³.

O MESP pode ser caracterizado como um “movimento conservador que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular” (MACEDO, 2017). A estratégia inicial do Movimento, segundo Macedo (2017), foi judicializar a relação entre professores e alunos e, depois, pressionar as assembleias e câmaras para que aprovassem leis contendo suas ideias. Na Câmara dos Deputados, há projetos de lei relacionados ao Movimento. O PL 7.180/14, proposto pelo deputado Erivelton Santana (PSC/

BA), busca alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), estabelecendo o “respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas”. E, pouco depois, o deputado Izalci (PSDB/DF) apresentou o PL 867/15, que pretende incluir, entre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Programa Escola sem Partido. Foi criada uma Comissão Especial para discutir o PL 7.180/2014 e todos os outros apensados a ele que possuem relação com o Programa Escola sem Partido¹⁴. Em maio de 2018, o relator do projeto na Comissão Especial, deputado Flavinho (PSC/SP), se pronunciou em seu relatório pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e pela aprovação.

Há no site do MESP a explicação de que eles se inspiraram em movimento semelhante dos Estados Unidos, denominado NoIndoctrination.org, para criar o site EscolasemPartido.org, e divulgar depoimentos de estudantes que foram “vítimas” dos “falsos educadores”. O site também disponibiliza os “Deveres do professor”, em que consta, entre outros: não se aproveitar da audiência dos alunos para promover seus próprios interesses, posições ideológicas, religiosas, políticas, morais etc.; não fazer propaganda político-partidária nem incitar alunos a participarem de manifestações; respeitar o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral de acordo com as suas convicções. É justamente nesse objetivo de “respeitar o direito dos pais” que o MESP se aproxima das disputas em torno da família e da discussão sobre autoridade familiar e estatal.

Segundo Penna (2016), a base jurídica desse artigo que trata dos direitos dos pais é a

12 Deputado Marco Feliciano (PSC/SP), 16/4/2016.

13 Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/movimento>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

14 É necessário explicar que há o Movimento Escola sem Partido (MESP) – que foi quem iniciou essa discussão; há o Programa Escola sem Partido – que é o que o MESP quer implementar; e há os projetos de lei que buscam estabelecer esse Programa.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, de 1969). O Art. 12, relacionado à liberdade de consciência e religião, indica no inciso IV que “os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções” (OEA, 1969). O autor argumenta que o artigo da Convenção busca proteger os indivíduos de medidas descabidas, principalmente por parte do Estado, que possam interferir em suas religiões e crenças, mas que o MESP exagera essa interpretação afirmando que certos temas sequer podem ser discutidos com as crianças e jovens. “Independentemente de quais sejam os valores morais transmitidos pelos pais aos filhos, eles não poderiam ser contraditos na escola” (PENNA, 2016, p. 52).

Miguel (2016) argumenta que a importância do MESP cresce quando sua pauta se direciona para o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, diz o autor, o foco estava na “doutrinação marxista”¹⁵. Como as políticas de combate à homofobia e ao sexismo nas escolas impulsionaram o receio da discussão sobre gênero e se tornaram uma pauta prioritária dos grupos religiosos conservadores, se aproximar dessa pauta poderia ser vantajoso. “Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças” (MIGUEL, 2016, p. 596).

Discursos, atores e posições na Câmara dos Deputados

Em relação à temática da “ideologia de gênero”, foram analisados 143 discursos proferidos por Deputados/as Federais entre janeiro de 2014 e 17 de maio de 2018. Desse universo, 134 discursos (93,7%) foram proferidos

por parlamentares homens, e nove (6,3%) por parlamentares mulheres. Essa enorme diferença provavelmente tem relação com o fato de 90% das cadeiras da Câmara serem preenchidas por homens. Mas, além disso, é relevante ressaltar o fato de que eles têm uma grande preocupação em barrar qualquer discussão de gênero. Quando observamos a posição nos discursos, vemos que em 119 deles (83,2%), o orador era contrário à discussão de gênero e a deputada Geovania de Sá (PSDB/SC), que se autoidentificou como cristã em um dos pronunciamentos, foi a única mulher a sustentar essa posição em dois discursos. Ao mesmo tempo, 20 pronunciamentos (14%) foram realizados com o intuito de criticar a ofensiva contra a “ideologia de gênero”, 07 foram feitos por deputadas e 13 por deputados.

Em relação ao partido dos parlamentares que se pronunciaram sobre a questão, os que mais apareceram foram: PSC (36 discursos); PRB (24); PSB (13); PSOL (10). Em junho de 2018, o Partido Social Cristão (PSC) contava com 9 deputados federais em exercício. A página do partido na internet indica sua missão e valores: redução da maioria penal, contra a legalização do aborto, contra a legalização das drogas e voto facultativo – indicando que as questões morais estão, aparentemente, no centro de seu interesse. Segundo Vital da Cunha, Lopes e Lui (2017), o partido é abertamente anti-marxista e anti-comunista e, em 2014, lançou a primeira candidatura confessional evangélica à Presidência do Brasil, o pastor Everaldo, com o objetivo de se fortalecer junto ao eleitorado conservador, em geral, e ao evangélico, em particular.

Dos deputados federais do PSC, seis se pronunciaram sobre “ideologia de gênero” no período pesquisado. Um deles é o Professor Victório Galli, que proferiu 47,2% dos discursos atribuídos a parlamentares desse partido, e 11,9% do total de pronunciamentos, sendo o deputado mais ativo nessa discussão. O deputado é professor de teologia e está no seu terceiro

15 O tema da “doutrinação marxista” aparece desde a ditadura militar em certos contextos, e o combate a essa suposta doutrinação foi o responsável pela aproximação entre o MESP e o instituto ultraliberal Millenium (MIGUEL, 2016).

mandato como deputado federal. Entre suas proposições, estão o PL-5686/2016 (objetiva constituir como contravenção o uso de banheiro público diferente do gênero da pessoa); o PL-5487/2016 (“Institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes”); o PDC 214/2015 (“Susta a Portaria nº 916, de 9 de setembro de 2015, do Ministério da Educação, que ‘Institui Comitê de Gênero, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação’”); o PL-468/2015 (“Isenta as igrejas evangélicas e católicas e os templos de qualquer culto da cobrança de impostos sobre as contas de água, luz, telefone e combustíveis”). Em um de seus discursos, ele se auto-identifica como cristão, e é possível afirmar com base em suas proposições e falas que barrar discussões ou avanços na questão de gênero possui papel central em sua atuação como deputado. Em seus discursos fica clara a associação entre o combate à “ideologia de gênero” e um posicionamento contrário ao Partido dos Trabalhadores e à presidenta Dilma Rousseff e favorável ao presidente Michel Temer. Em agosto de 2017, ele proferiu o seguinte voto a respeito do indeferimento da denúncia do Ministério Público Federal contra o Presidente Michel Temer: “Pelo progresso do nosso País, pela nossa liberdade religiosa, pela não implantação da ideologia de gênero em nossas escolas e pelo nosso Mato Grosso, o maio[r] produtor de grãos do Brasil, o meu voto é ‘sim’”.

O Partido Republicano Brasileiro (PRB) foi o segundo que mais teve parlamentares discursando sobre ou citando a “ideologia de gênero”. Em seu site, no link “Sobre o partido”, em uma das frases do texto escrito pelo presidente do partido, há a afirmação de que o PRB prega “os valores da família”. Um de seus políticos mais expressivos é o atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus. O deputado que

mais realizou discursos relacionados à “ideologia de gênero” do partido foi Lincoln Portela (PRB/MG), com sete pronunciamentos.

O ano com o maior número de discursos sobre “ideologia de gênero” foi 2017, com 47 pronunciamentos. Um dos assuntos que incentivaram parlamentares a discursarem sobre a temática foi a exposição *Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, realizada no Santander Cultural, em Porto Alegre, com obras que abordavam questões de gênero, LGBT e diversidade sexual. Após campanhas contra a exposição, organizadas por grupos religiosos e pelo Movimento Brasil Livre (MBL)¹⁶, ela foi cancelada pelo Santander. Outra exposição, dessa vez no Museu de Arte Moderna de São Paulo, na estreia do 35º Panorama de Arte Brasileira, também foi citada nos discursos. Nos anos anteriores, 2015 e 2016, foram proferidos 37 e 44 discursos, respectivamente. Após a aprovação do Plano Nacional de Educação, que ocorreu em 2014, deputados buscaram afirmar que a Câmara já havia se posicionado contrariamente à “ideologia de gênero” e, por essa razão, os municípios e estados deveriam fazer o mesmo e excluir qualquer referência a gênero dos seus planos estaduais e municipais de educação.

Já em relação ao MESP, foram fichados 122 discursos proferidos entre 16 de março de 2015 e 16 de maio de 2018, sendo que no primeiro ano houve apenas seis pronunciamentos; em 2016 foram 41 discursos; em 2017, 56 pronunciamentos; e sete em 2018. Em relação ao sexo dos/as deputados/as que se pronunciaram, 87 discursos (79,1%) foram de deputados homens, e 23 pronunciamentos (20,9%) de deputadas mulheres. Nos discursos sobre o Projeto Escola sem Partido, o debate esteve mais associado com a educação do que com a família. Apenas 30,9% dos pronunciamentos foram focados no projeto Escola sem Partido, ou seja, na maior parte dos pronunciamentos o MESP foi tratado de forma marginal.

16 O MBL é um movimento ligado à direita, composto por jovens e fundado no final de 2014. Organizou manifestações explorando principalmente a pauta da corrupção.

Em relação à posição defendida, 74 discursos (67,3%) eram contrários ao MESP, e 32 discursos (29,1%) eram favoráveis, e em 4 discursos (3,6%) o parlamentar não se posicionou. Os partidos que tiveram mais parlamentares participando da discussão foram: PT (31 discursos), PSOL (24), PSDB (11), PCdoB (11) e PSC (10). Nota-se que os partidos mais alinhados à esquerda foram os mais atuantes e os que mais criticaram as ideias do Projeto.

Comparando os debates sobre os dois temas, é possível afirmar que o período em que os discursos ocorreram foi semelhante, apesar de a discussão sobre ideologia de gênero ganhar força no plenário a partir de 2015, e do MESP ganhar força a partir de 2016. Sobre os parlamentares conservadores que se posicionaram nessas discussões, em relação ao Escola sem Partido, os dois deputados mais ativos foram Izalci (PSDB/DF) e Rogério Marinho (PSDB/RN), com apenas cinco discursos cada. Em relação à “ideologia de gênero”, foram o deputado evangélico Professor Victório Galli (PSC/MT), com 17 pronunciamentos, e o deputado católico Flavinho (PSB/SP), com 10 discursos. Esses dados mostram que parlamentares conservadores religiosos estavam mais dispostos a falar sobre “ideologia de gênero” e menos sobre o “Escola sem Partido”, enquanto os deputados que podem ser identificados como progressistas se dispuseram a falar contra o MESP, mas se opuseram pouco à chamada “ideologia de gênero”. O deputado que mais falou contrariamente à ofensiva contra a “ideologia de gênero” foi Chico Alencar (PSOL/RJ), com quatro discursos. E o deputado Ivan Valente (PSOL/SP) foi o que mais se pronunciou contrariamente ao MESP, com 12 pronunciamentos.

“A ideologia de que a criança nasce, mas ela

tem a opção de definir a sua sexualidade com o passar dos anos”¹⁷

A ideia que mais aparece nos discursos como explicativa do que os parlamentares chamam de “ideologia de gênero” é a que está no título dessa seção, ou seja, que a “ideologia de gênero” corresponderia à afirmação de que “o menino não nasce menino ou que a menina não nasce menina e que a sua sexualidade será formada no decorrer no tempo”¹⁸. Em um dos pronunciamentos, o parlamentar afirma que a “ideologia de gênero” “prega a flexibilidade da natureza e da moral”¹⁹. Na maior parte dos discursos, o termo é apenas citado e, em outros, há uma breve explicação. São poucos os parlamentares que se preocupam em realmente explicar o que seria essa “ideologia de gênero”. Mas para os que explicam, fica claro que a ideia norteadora seria ensinar as crianças que elas não nascem com um sexo e que ele é variável ao longo da vida.

Alguns deputados também ampliam sua interpretação, afirmando, por exemplo, que a “ideologia de gênero” “tem suas origens nas ideias dos pais do comunismo, Marx e Engels”²⁰, ou que o objetivo dela é uma “revolução cultural sexual marxista”²¹. Em um dos pronunciamentos, o deputado disse: “A ideologia de gênero tem raiz marxista, na agenda cultural que visa desconstruir a família, retirando a autoridade dos pais sobre os filhos na sua formação sexual e dando ao Estado ou ao Governo a autoridade de decidir qual será o destino de nossas crianças”²². Essa conexão entre o comunismo e a ideologia de gênero é comum nos discursos, mas os deputados não explicam porque estabelecem essa relação. Uma hipótese é que o livro de Dale O’Leary, citado anteriormente, pode ser uma das fontes desses parlamentares que estão se pronunciando, já que na obra essa conexão é estabelecida. Além

17 Deputado Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ), 20/9/2016.

18 Deputado Stefano Aguiar (PSD/MG), 15/4/2016.

19 Deputado Lincoln Portela (PRB/MG), 24/10/2017.

20 Deputado Givaldo Carimbão (PROS/AL), 9/4/2014.

21 Deputado Givaldo Carimbão (PROS/AL), 9/4/2014.

22 Deputado Stefano Aguiar (PSB/MG), 23/6/2015.

disso, é relevante apontar rapidamente que após a Revolução Russa, em 1918, foi ratificado o Código do Casamento, da Família e da Tutela na União Soviética, e que este era ancorado na igualdade das mulheres e no “definimento” da família (GOLDMAN, 2014).

Em relação à família, algumas expressões utilizadas nos discursos foram: “família natural”, “pilar da preservação dos valores histórico-culturais”; “família tradicional”; “família civilizada”; “família cristã”; “base da sociedade”; “célula mater”; “alicerce basilar de toda a sociedade”. As palavras “natural”, “civilizada”, “tradicional” e “cristã” buscam indicar um determinado tipo de família que é formado pela união de um homem e uma mulher e seus filhos. Outros arranjos indicariam algo fora da ordem natural, errado, e que deve ser proibido por lei. Nos discursos, foi estabelecida uma relação entre a “ideologia de gênero” e a família, como é possível observar: “O fim último dela é a completa subversão da sexualidade humana e da família natural”²³. E em outro, o parlamentar discute os papéis de homens e mulheres: “Se todas as sociedades foram organizadas desde sempre com os papéis de homens e de mulheres bem definidos, com qual fundamento imaginam que mudar isso daria certo?”²⁴. Praticamente não há nos discursos a afirmação direta de que as desigualdades entre homens e mulheres são naturais e devem ser mantidas, mas em alguns pronunciamentos é possível identificar esse pensamento.

Essa “defesa da família” se ancora em dois pontos: na preservação da família “tradicional”, ou seja, heterossexual e patriarcal; e na salvaguarda da autoridade dos pais sobre os filhos. Segundo Biroli (2014), a forma familiar que se tornou referência para o mundo a partir das leis e práticas da Europa ocidental se estabeleceu na modernidade e se caracteriza pela privatização

do espaço familiar, casamento monogâmico, domesticidade, coabitação, criação dos filhos e autogestão. Esse casamento monogâmico, heterossexual e com filhos é o defendido pela maior parte das igrejas, tanto católica quanto evangélicas, e pelos deputados religiosos, que encaram as discussões de gênero nas escolas como uma espécie de perigo para a permanência desse modelo de família que, na realidade, nunca foi muito expressivo no país, como apontado por Prado (1981).

No total, 52 discursos (36,4%) sobre “ideologia de gênero” utilizaram argumentos religiosos. Um exemplo pode ser observado a seguir: “o modelo defendido pela sociedade brasileira está fundamentado em princípios cristãos. Nós precisamos preservar aquele modelo de família. A família se constitui através da união de um homem e uma mulher, para a constituição da sua prole”²⁵. Em outro discurso, fica clara a ideia de que a “ideologia de gênero” seria contrária aos preceitos religiosos: “a questão da ideologia de gênero é a desconstrução daquilo que Deus criou: macho e fêmea, homem e mulher”²⁶.

Questões sociais, econômicas e culturais interferem na vida das famílias e provocam mudanças. Porém as igrejas e grupos conservadores buscam barrar essas transformações e manter a família tradicional. Essa situação fica clara em alguns discursos: “A família, cada vez mais, vem sofrendo e sendo esmagada por forças que buscam, alegando uma suposta liberdade, destruir nossos lares e nossas famílias”²⁷. Relações mais igualitárias entre homens e mulheres, conquistas feministas e dos movimentos LGBT, aumento de blogs e discussões feministas na internet, tudo isso vai contra as posições conservadoras de parlamentares e religiões. Parece haver uma ideia de que a preservação da família tradicional seria a chave para barrar as mudanças que estão

23 Deputado Givaldo Carimbão (PROS/AL), 9/4/2014.

24 Deputado Antonio Bulhões (PRB/SP), 7/7/2015.

25 Deputado Ronaldo Nogueira (PTB/RS), 18/2/2016.

26 Deputado Pastor Eurico (PHS/PE), 24/10/2017.

27 Deputado Professor Victório Galli (PSC/MT), 21/5/2015.

se colocando, como é possível observar nesse discurso: “os valores conservadores da família são os verdadeiros obstáculos da reengenharia social que os modernos ideólogos tentam implantar. Achatar a família é deixar caminho livre para as ideologias construírem seus modelos”²⁸.

Em relação à interferência do Estado nas famílias, os deputados afirmavam, por exemplo, que a “ideologia de gênero” foi rejeitada “por se tratar de questão inerente e pessoal do indivíduo, não cabendo ao Estado regular tais condutas”²⁹. Fica aparente em alguns discursos que entre a escola e a família, quem tem a autoridade é a segunda, como é possível ver no seguinte trecho: “é dever da escola instruir a criança e o adolescente para a vida e também para a cidadania, mas jamais doutriná-lo em questões complexas de sexualidade, orientação sexual ou qualquer tema que seja avesso principalmente às concepções morais de seus pais”³⁰. Em um dos discursos o parlamentar pergunta: “Quem defenderá as famílias da afronta governamental?”³¹.

Muitos parlamentares afirmavam que era um absurdo a escola ensinar crianças de seis anos sobre sexualidade e que quem detém o direito de ensinar as crianças sobre essas questões são os pais. Os trechos de discurso a seguir exemplificam essa ideia: “antes da escola, nós temos a família”³²; “a família brasileira deve ser o maior berço de educação para a sociedade”³³; “o encargo da orientação sexual e moral às crianças e jovens é da família, não da escola”³⁴.

Um dos discursos inclusive traz a questão do familismo³⁵ para justificar por que as famílias teriam o direito de educarem as crianças: “é dever da família prestar sustento material e moral aos

filhos. Se a família tem o ônus de suportar as consequências dos atos de seus filhos, é natural que também tenha a primazia em sua formação moral”³⁶. Na visão desse parlamentar, como as famílias são as responsáveis por criar as crianças e fornecer os bens que elas necessitam, elas também têm o direito de decidir todos os aspectos da vida da criança, incluindo o que pode ser discutido nas escolas.

“Estão doutrinando as crianças nas escolas”³⁷

É justamente na questão da autoridade familiar e suposta interferência do Estado – através das escolas – na vida das crianças e adolescentes que a pauta da “ideologia de gênero” se aproxima da do Escola sem Partido. Nos dois trechos de discursos abaixo é possível observar essa relação.

Precisamos trabalhar para que a ditadura da ideologia de gênero, da ideologia política e da descristianização do Brasil acabe nas escolas brasileiras. Quero alertar os pais de todo o Brasil. Fiquem atentos. Os professores brasileiros precisam ser valorizados. Eles não são dignificados da maneira como deveriam. Porém, não podem fazer uso do direito de cátedra para massacrar, para espezinhar e para arrebentar as famílias brasileiras obrigando os seus filhos a se tornarem aquilo que jamais gostariam de ser.”³⁸

Esse projeto de lei visa combater a contaminação política e ideológica que está acontecendo dentro das salas de aula de todo o País, seja com a

28 Deputado Antonio Bulhões (PRB/SP), 1/7/2014.

29 Deputado Ronaldo Martins (PRB/CE), 30/6/2015.

30 Deputado Alan Rick (PRB/AC), 25/2/2016.

31 Deputado Elizeu Dionizio (PSDB/MS), 3/2/2016.

32 Deputado Major Fábio (PROS/PB), 28/5/2014.

33 Deputado Givaldo Carimbão (PROS/AL), 28/5/2014.

34 Deputado Lincoln Portela (PR/MG), 5/8/2015.

35 Utilizo o termo “familismo” para indicar uma situação na qual as famílias são as principais responsáveis pelo bem-estar social dos seus integrantes ao mesmo tempo em que há pouco apoio do Estado para a manutenção das pessoas.

36 Deputado Alan Rick (PRB/AC), 25/2/2016.

37 Deputado Izalci (PSDB/DF), 13/03/2015.

38 Deputado Lincoln Portela (PRB/MG), 10/08/2017.

implantação da ideologia de gênero nos planos de educação, seja com a adoção de livros didáticos com forte tendência para certa posição partidária. Isso claramente caracteriza um conjunto de atos ilícitos que confrontam a Carta Magna e não deve permanecer impune.³⁹

Nesses dois trechos fica clara a articulação entre a “ideologia de gênero” e o MESP, e a ideia de que a “doutrinação” nas escolas se dá tanto com a discussão sobre questões de gênero quanto sobre temas políticos. Para se contrapor a essa “doutrinação”, parlamentares conservadores defendem a autoridade familiar, como no exemplo a seguir: “A transmissão de valores morais é uma prerrogativa da família (...) De acordo com o Pacto de San Jose de Costa Rica, os pais têm o direito primordial na educação dos filhos de princípios morais e religiosos”⁴⁰. Em outro discurso, a parlamentar também defende a ideia de que cabe à família educar as crianças: “E qual é o papel da escola? Educar nossos filhos para que tenham conhecimento, para que sejam abertas janelas, para que tenham uma profissão; e não impor uma escola com partido, não impor certas linhas de raciocínio, porque quem educa somos nós, a família brasileira”⁴¹.

Em outros discursos contrários ao MESP, os parlamentares criticaram essa autoridade familiar, como nesse caso: “Quem quiser acreditar que foi Deus que criou o homem acredite na sua casa, mas a criança tem o direito de, na escola, conhecer as teorias evolucionistas”⁴². Nota-se na discussão sobre o MESP que uma disputa relevante se refere a uma certa linha divisória entre os direitos, responsabilidades e autoridade das famílias e entre direitos, responsabilidade e autoridade do Estado, representado pelas escolas na discussão.

Sobre as justificativas utilizadas para as posições defendidas, nos discursos favoráveis ao Escola sem Partido, os parlamentares falavam com frequência de “doutrinação”, como nesse exemplo: “Estão doutrinando as crianças nas escolas. Temos que aprovar definitivamente a escola sem partido. É inadmissível o que esse partido está fazendo nas escolas”⁴³. O mesmo parlamentar comentou em outro discurso: “É uma força muito grande por parte deste Governo. Inclusive, na semana passada, eu vi uma criança de 4 anos com um livro cheio de meninos com estrelinhas. Os conteúdos das provas do ENEM e de outras provas tentam forçar a barra no sentido ideológico”⁴⁴. Nesses discursos favoráveis, a ideia de que o PT ou a esquerda estava “doutrinando” as crianças e jovens nas escolas foi comum.

Outra estratégia utilizada pelos/as parlamentares favoráveis foi afirmar que o Escola sem Partido na verdade prega a pluralidade, como nesse discurso: “É patente o que objetiva a escola sem partido. Nada mais é do que garantir aquilo que é elementar em qualquer espaço educacional: a pluralidade”⁴⁵.

Assim como nos discursos sobre “ideologia de gênero” estabeleceu-se uma relação com o marxismo, nos discursos do MESP isso também ocorreu. Alguns discursos criticavam o socialismo e autores como Karl Marx e Antonio Gramsci, como nesse exemplo: “A maior parte dos meios de comunicação, as universidades, o meio cultural são aparelhados por um movimento marxista, sob inspiração de Gramsci, da Escola de Frankfurt, que tenta impingir nos estudantes brasileiros uma visão distorcida da história, da economia e dos fatos pretéritos”⁴⁶.

Já em relação aos parlamentares contrários ao MESP, que se pronunciaram mais que os favoráveis, houve críticas ao governo de Michel Temer, à

39 Deputado Diego Garcia (PHS/PR), 23/3/2016.

40 Deputado Lincoln Portela (PRB/MG), 24/10/2017.

41 Deputada Geovania de Sá (PSDB/SC), 13/09/2017.

42 Deputado Bacelar (PTN/BA), 2/08/2016.

43 Deputado Izalci (PSDB/DF), 13/03/2015.

44 Deputado Izalci (PSDB/DF), 20/03/2015.

45 Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), 7/02/2017.

46 Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), 4/10/2016.

Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, à Reforma Trabalhista, à Reforma da Previdência. Muitos discursos contrários afirmavam que o Projeto Escola sem Partido na verdade possui um partido e que estava aliado a um determinado projeto de sociedade que era opressor e favorável à permanência das desigualdades sociais. Além disso, muitos discursos estavam relacionados à educação, como os que se referiam à Reforma do Ensino Médio ou às ocupações que ocorreram nas escolas e universidades em 2016 e mencionavam o Escola sem Partido. Como é possível observar nesse exemplo:

É assim que se conta o tempo sob um governo golpista, um tempo de retrocesso político, social e econômico. Ao congelamento, por 20 anos dos investimentos em saúde e educação, seguiram-se, neste ano, a aprovação do trabalho terceirizado para atividades-fins, a extinção dos direitos trabalhistas e a entrega do pré-sal às petroleiras internacionais. Citei aqui os retrocessos mais marcantes. Mas, em meio a esses, temos o desmonte das políticas de igualdade racial e de gênero, o desmonte do SUS e das universidades públicas e implantação da famigerada “escola sem partido”. Na realidade, a imposição nas escolas da ideologia de um único partido, a ideologia de direita.⁴⁷

Nesse trecho de discurso fica clara as conexões entre projetos conservadores relacionados à educação e à igualdade de gênero e os relativos à implantação de políticas neoliberais, como a Reforma Trabalhista, a Emenda Constitucional 95/2016 e as mudanças no regime do pré-sal. Como indicado anteriormente, Lacerda (2018) buscou observar se existe na Câmara dos Deputados brasileira um movimento neoconservador, nos moldes do estadunidense, e para isso, analisou os deputados religiosos que mais atuaram na ofensiva contra o direito ao aborto e os direitos da população LGBT. Observando as votações sobre a redução da participação da Petrobrás no pré-sal, o corte de gastos públicos e a Reforma

Trabalhista, a autora concluiu que na votação da Reforma Trabalhista esses parlamentares votaram de acordo com a média da Casa. Porém, nas outras duas questões, esses deputados mais atuantes na pauta dita “pró-família”, apoiaram mais esses projetos do que a média na Casa, apontando para a direção de alianças e/ou conexões entre a atuação conservadora e neoliberal na Câmara dos Deputados.

Conexões entre conservadorismo, neoliberalismo e família

Observando os discursos parlamentares relacionados à “ideologia de gênero” e ao Escola sem Partido é possível apontar diferenças importantes. Na discussão sobre “ideologia de gênero”, prevaleceram as posições conservadoras, contribuindo para que a família fosse mais mobilizada nesses discursos. Já nos discursos sobre o Escola sem Partido, a questão da família não teve o protagonismo esperado. Em geral, a posição conservadora buscou limitar a interferência de outras instituições no cuidado e educação das crianças e jovens ou, em outras palavras, objetivou isolar e individualizar as famílias, colocando-as como as principais e únicas responsáveis pela criação dos futuros cidadãos. Além disso, esteve presente a visão de que as relações e as práticas familiares não podem ser desafiadas e transformadas, tendo que permanecer iguais – com as desigualdades de gênero, a divisão sexual do trabalho, a heterossexualidade.

Biroli (2014) explica que o ideal da família moderna se define juntamente a outros dois ideais, o da maternidade e o da privacidade. O ideal familiar que surge na modernidade, diz a autora, é o da família burguesa, no qual os papéis são definidos segundo o sexo, cabendo às mulheres o cuidado com os filhos e, assim, o espaço privado da vida familiar passa a ser valorizado e demarcado por uma fronteira mais nítida com o mundo exterior. E são justamente

47 (Deputada Benedita da Silva, (PT/RJ), 16/12/2017).

esses dois ideais que vão estar presentes nas discussões sobre a “ideologia de gênero” e o Escola sem Partido quando a família é mobilizada. Por um lado, os deputados religiosos desejam restringir a família a um casal heterossexual, com a mulher responsável pelo cuidado e com homossexuais excluídos desse arranjo e, por outro, deputados conservadores querem exaltar a autoridade familiar em detrimento da escola e da sociedade, argumentando que os pais têm direito primordial na educação dos filhos e o Estado não deve interferir. Ou seja, a privacidade da família deve ser preservada, mesmo que seja para ensinar como ser homofóbico, machista, violento etc.

Autoras como Brown (2006) e Cooper (2017) já discutiram como nos Estados Unidos ocorreu uma conexão entre a racionalidade neoconservadora e neoliberal, por mais paradoxal que possa parecer, já que o neoliberalismo é expressamente amoral no nível dos objetivos e dos meios enquanto o neoconservadorismo é uma racionalidade expressamente moral e regulatória (BROWN, 2006). No Brasil, o golpe parlamentar e o governo de Michel Temer trouxeram à tona a possibilidade dessa conexão na forma de alianças entre evangélicos, ruralistas, empresários e integrantes da bancada da segurança no apoio ao afastamento da presidenta Dilma Rousseff e, depois, nas medidas neoliberais propostas pelo governo.

Essas conexões são centrais para a compreensão desse contexto conservador experimentado pelo país e a análise dos discursos de deputados sobre duas temáticas que mobilizaram grupos conservadores no Brasil contribui para a compreensão dessas conexões e para demonstrar que nem sempre elas são colocadas abertamente pelos deputados. Eles estão dispostos a ir ao plenário “defender a família”, defender o MESP e argumentar contra a “ideologia de gênero”, mas poucos vão ao plenário discursar abertamente em defesa das políticas neoliberais. Porém, como argumentam Brown (2015) e Cooper (2017), o livre mercado e a liberdade contratual não podem existir sem o reforço do privado e das obrigações das famílias. Nesse sentido, compreendo que, quando os parlamentares

conservadores mobilizam intensamente a família, buscando fortalecê-la e “preservá-la”, eles estão de alguma forma contribuindo com a ideia de que as famílias são autossuficientes e responsáveis por si mesmas. Porém, a análise dos discursos proferidos em plenário não mostra uma articulação aparente dessa associação. O que dá pistas são alguns discursos nos quais os parlamentares conservadores falam de “ideologia de gênero” e também de aspectos econômicos e políticos, além de discursos contrários ao Escola sem Partido nos quais deputados progressistas articulam a luta contra a “doutrinação” com o apoio a medidas neoliberais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. “A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo”. In: *Cadernos Pagu*, nº 50, 2017.
- AMARAL, Oswaldo. “Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4, 2010, p. 105-134.
- ATKINSON, Anthony Barnes. *Inequality: what can be done?*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015.
- BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- BOULOS, Guilherme. “A onda conservadora”. In: DEMIER, Felipe; HOVELER, Rejane (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios do Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p. 29-31.
- BROWN, Wendy. “American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism and DeDemocratization”. In: *Political Theory*, vol. 34, nº 6, 2006.
- _____. *Undoing the demos: neoliberalism’s stealth revolution*. New York; Zone Books, 2015.

- COOPER, Melinda. *Family values: between neoliberalism and the new social conservatism*. New York: Zone Books, 2017.
- DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios do Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- DIAP. *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Brasília, DF: DIAP, 2014.
- GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014 [1993].
- GRAFF, Agnieszka. “Gender ideology’: Weak Concepts, Powerful Politics”. In: *Religion and Gender*, vol. 6, nº 2, 2016, p. 268-272.
- LACERDA, Marina Basso. *Neoconservadorismo: articulação pró-família, punitivista e neoliberal na Câmara dos Deputados*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, UERJ, Rio de Janeiro, 2018.
- LINCOLN JR., Ronaldo; GERAQUE, Eduardo. “Protestos de mulheres contra Cunha param centro de São Paulo e Rio”. Folha de São Paulo, 12 nov. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1705645-protestos-de-mulheres-contracunha-paramcentro-de-sao-paulo-e-rio.shtml>>. Acesso em 7 jun. 2018.
- MACEDO, Elizabeth. “As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum”. In: *Educação & Sociedade*, vol. 38, nº 139, 2017, p. 507-524.
- MACHADO, Lia Zanotta. “O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador”. In: *Cadernos Pagu*, nº 50, 2017a.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. “O discurso cristão sobre a ‘ideologia de gênero’”. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 26, nº 2, 2018.
- _____. “Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional”. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, nº 47, 2017b.
- MIGUEL, Luis Felipe. “Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro”. In: *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 07, nº 15, 2016, p. 590-621.
- OEA. *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, 22 nov. 1969.
- PENNA, Fernando de Araújo. “Programa Escola sem Partido: Uma ameaça à educação emancipadora”. In: GABRIEL, C.T.; MONTEIRO, A.M.; MARTINS, M.L.B. (Orgs.). *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 43-58.
- PRADO, Danda. *O que é família*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- SANTOS, Rayani Mariano dos. *O debate parlamentar sobre aborto no Brasil: atores, posições e argumentos*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UnB, Brasília, 2015.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- SINGER, André. “A segunda alma do partido dos trabalhadores”. In: *Novos estudos*, São Paulo, nº 88, Dec. 2010, p. 89-111.
- _____. “Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”. *Novos Estudos*, edição 102, Jul. 2015, p. 39-67.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. “Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil”. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 21, nº 45, 2013, p. 149-165.

VIEIRA, Isabela. “Religiosos criticam citações a Deus na sessão da Câmara que votou impeachment”. *Agência Brasil*. 19 abr. 2016. Acesso em: 10 jun. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/religiosos-criticam-citacoes-deus-na-sessao-do-impeachment-na-camara>>.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2013.